

- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES
- BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR
- AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME



Agosto
2000

INFORME BNDES

DISTRIBUIÇÃO NACIONAL • ANO XIV • Nº 141

PRORROGADO PROGRAMA DE TURISMO ATÉ DEZEMBRO: PROJETOS EM CARTEIRA JÁ SOMAM R\$ 418 MILHÕES

A diretoria do BNDES prorrogou até 31 de dezembro próximo a vigência do seu Programa de Turismo, que fora lançado em julho de 1999 com um prazo de um ano, o qual expiraria no dia 30 de junho último. Criado com uma dotação de R\$ 500 milhões, o programa tinha até junho uma carteira de financiamentos no valor de R\$ 418,39 milhões.

Este montante corresponde a 18 operações ativas, das quais quatro já contratadas (somando R\$ 9,95 milhões), dez enquadradas (R\$ 136,44 milhões) e quatro em fase de consulta (R\$ 272 milhões). Das operações contratadas já foram liberados R\$ 9,42 milhões.

O objetivo do Programa é expandir o setor de turismo, forte gerador de empregos, especialmente em regiões com grande potencial como a Amazônia, o Nordeste e o Pantanal. O BNDES busca incrementar a capacidade física (aumento e diversificação da oferta de hotéis e outros equipamentos turísticos) e qualitativa (modernização de equipamentos turísticos e treinamento de mão-de-obra especializada) do setor.

Dentre os benefícios operacionais propiciados pelo programa, destacam-se o nível de participação do BNDES no investimento total - até 80%, chegando a 90% para as micro e pequenas empresas - e maiores prazos de amortização, que podem ser de 10 a 12 anos.

Outra característica do Programa de Turismo é a possibilidade de o BNDES analisar diretamente - e não por intermédio dos agentes financeiros repassadores de recursos - projetos acima de R\$ 1 milhão nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Nas demais regiões, financiamentos de mais de R\$ 3 mi-

lhões para empreendimentos turísticos serão analisados diretamente pelo BNDES.

O Programa de Turismo atende a empresas de qualquer porte. O custo do crédito é calculado pela TJLP ou "cesta de moedas". O *spread* básico varia de 1% a 2,5% ao ano, sendo as melhores condições proporcionadas às micro e pequenas empresas e aos projetos que estejam sendo implantados nas regiões abrangidas pelos programas de desenvolvimento regional do BNDES (Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e a metade sul do Estado do Rio Grande do Sul).

PERSPECTIVAS - Em 1999 o Brasil faturou US\$ 4,1 bilhões com a visita de 5,3 milhões de turistas estrangeiros, o que representou um crescimento de 10% em relação a 98. Estima-se um crescimento de 4 a 7% em 2000. Segundo um es-

tudo de consultoria, a taxa de ocupação média do setor hoteleiro passou de 61,7% em 1998 para 67% em 99.

A Embratur prevê para 2003 um fluxo de turismo receptivo externo da ordem de 6,5 milhões de turistas e um expressivo incremento do turismo interno, especialmente o de lazer.

Outro aspecto importante é a continuidade dos investimentos em infra-estrutura turística, previstos no âmbito do Programa de Ação para o Desenvolvimento Integrado do Turismo (Prodetur), cuja segunda etapa deverá representar investimentos da ordem de R\$ 600 milhões a serem aplicados no Nordeste até 2002, além da extensão do Programa aos estados da região Sul. O BNDES também apóia os empreendimentos do Prodetur, mas não com os recursos do Programa de Turismo.

**Participação
do BNDES
chega a 90%
e prazos
são de até
12 anos**

DESEMBOLSOS DE R\$ 4,7 BILHÕES EM AGROINDÚSTRIA ESTE ANO

O BNDES anunciou em julho que disponibilizará neste ano R\$ 4,7 bilhões para o setor de agroindústria, com crescimento de 10% em relação aos R\$ 4,3 bilhões desembolsados em 1999. O Banco opera com nove linhas de crédito da Finame especiais para o setor, as quais somam-se às três (Prosolo, Proleite e Moderfrota) que a subsidiária do BNDES já utilizava para atender ao segmento. Os recursos representam cerca de 20% dos desembolsos do BNDES para este ano.

Todas estas linhas de financiamento para o setor agrícola têm taxas de juros de 8,75% ao ano, exceto a específica para a compra de máquinas e equipamentos agrícolas (Moderfrota) na qual os agricultores de maior porte pagam taxa de 10,75%. Estas linhas de financiamento enquadram-se nos programas específicos desenvolvidos pelo Ministério da Agricultura, e contarão também com aporte de recursos do próprio Ministério. Dentre os programas, um dos mais importantes é o de recuperação de pastagens, com aporte de R\$ 400 milhões.

Com o incentivo ao setor - que inclui adaptação às normas fitossanitárias impostas por países europeus - o Governo pretende, em cinco anos, tornar o País o maior exportador de carnes do mundo. As demais linhas de financiamento criadas são para: fruticultura (R\$ 100 milhões); ovino-caprinocultura (R\$ 70 milhões); produção de caju (R\$ 50 milhões); sistematização de várzeas (R\$ 50 milhões); apicultura (R\$ 20 milhões); vitivinicultura (R\$ 20 milhões); aquicultura (R\$ 40 milhões); e aquicultura especificamente de moluscos (R\$ 10 milhões). A Moderfrota, Prosolo e Proleite contarão, respectivamente, com R\$ 800 milhões, R\$ 300 milhões e R\$ 200 milhões.

As linhas de financiamento tradicionais do BNDES (fora do âmbito da Finame) também continuam a atender a empreendimentos do setor de agroindústria.

JÁ CONTRATADOS 27 FINANCIAMENTOS PARA MODERNIZAÇÃO

O BNDES já assinou 27 contratos de financiamentos com Prefeituras no âmbito do Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos (PMAT). O valor total dos financiamentos é de R\$ 127,724 milhões e o investimento das Prefeituras nos empreendimentos é de R\$ 173,263 milhões.

Os municípios cujas operações já foram apoiadas pelo PMAT representam cerca de 25% do total da receita municipal brasileira advinda de impostos e taxas específicas das Prefeituras. O incremento médio esperado das receitas próprias das Prefeituras, em decorrência da execução dos projetos, é de mais de 70%.

Já foram contratados financiamentos com os seguintes municípios: Araras (SP), Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR), Florianópolis (SC), Fortaleza (CE), Ipatinga (MG), Itatiba (SP), Jundiá (SP), Manaus (AM), Niterói (RJ), Peruíbe (SP), Petrolina (PE), Pindamonhangaba (SP), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), São José do Rio Preto (SP), Santana do Parnaíba (SP), Santo André (SP), São Bernardo do Campo (SP), São Luís (MA), Sorocaba (SP), Tambaú (SP), Teresina (PI), Vitória (ES) (no caso de Vitória foram feitas duas operações, para a primeira e a segunda fase da execução do programa) e Vitória da Conquista (BA).

Estão aprovados pela Diretoria do BNDES, mas ainda não foram contratados, os projetos de 25 municípios: Belém (segunda fase), Campina Grande (PB), Conchal (SP), Contagem (MG), Engenheiro Coelho (SP), Foz do Iguaçu (PR), Hortolândia (SP), Indaiatuba (SP), Jacareí (SP), Juiz de Fora (MG), Natal (RN), Nova Iguaçu (RJ), Nova Odessa (SP), Olinda (PE), Paulínia (SP), Petrópolis (RJ), Rio de Janeiro (segunda fase), Santa Bárbara

*Carteira do PMAT
abrange
projetos de
mais de cem
municípios*

do Oeste (SP), São Gonçalo (RJ), São João da Boa Vista (SP), São Roque (SP), Sumaré (SP), Várzea Paulista (SP), Vinhedo (SP) e Volta Redonda (RJ). A soma destes financiamentos aprovados é de R\$ 60,849 milhões, com um investimento total de R\$ 80,652 milhões. *(As tabelas da página 3 contêm a relação completa dos municípios com o financiamento do BNDES, o investimento total por município, a receita própria atual de cada um e o acréscimo previsto na receita própria em decorrência da execução do projeto.)*

O total geral, abrangendo os financiamentos contratados e os aprovados mas ainda não contratados, atinge o montante de R\$ 188,573 milhões, com um investimento total das Prefeituras de R\$ 253,915 milhões. Se incluídas também as operações em fase de análise técnica e as que ainda estão dependendo da chegada do projeto ao BNDES, para início da análise, a carteira do PMAT hoje compõe-se de mais de cem municípios, representando mais de 50% da receita tributária própria municipal do Brasil.

Das 27 operações contratadas desde a criação do Programa, em agosto de 1997, 16 tiveram os contratos assinados no mês passado. Esta concentração de contratos em junho ocorreu porque a recém-aprovada Resolução 47/2000 do Senado Federal flexibilizou as restrições antes impostas às operações no âmbito do PMAT. As 25 operações aprovadas ainda não puderam ser contratadas devido a restrições ao endividamento de municípios estabelecidas pela Resolução 2668 do Conselho Monetário Nacional e a exigências da Resolução 78 do Senado.

Embora novas contratações não possam ser feitas até dezembro deste ano, por causa das normas da legislação eleitoral, o BNDES continuará analisando normalmente os projetos já recebidos; continuará a receber novas cartas-consulta com pedidos de crédito; e, após aprovadas as operações, encaminhará ao Banco Central os pedidos de

autorização. Os financiamentos que forem aprovados poderão ser contratados a partir de janeiro de 2001, quando se iniciarão as novas administrações nos municípios brasileiros.

EFICIÊNCIA FISCAL - O PMAT foi criado pelo BNDES com o objetivo de aumentar o nível de eficiência fiscal dos municípios, considerando o grande potencial de geração de receita tributária própria inexplorado pelas Prefeituras. A meta é viabilizar a elevação dos atuais níveis de receita a partir da base de receita tributária já existente, aprimorando o aparelho arrecadador. Inicialmente voltado apenas para a modernização da administração tributária, o programa teve no ano passado ampliada sua área de atuação, passando a abranger também a gestão de setores sociais básicos.

O PMAT representa hoje um importante instrumento de modernização gerencial. Outro efeito decorrente da execução do programa é a redução da dependência dos municípios em relação às transferências de recursos federais e estaduais, com a consequente redução do risco de financiamento do setor público para o BNDES e seus agentes financeiros e para o sistema financeiro como um todo.

A maioria das operações já contratadas e das aprovadas refere-se a investimentos a serem realizados exclusivamente na gestão tributária, de acordo com o objetivo inicial



INFORME BNDES
Produção e edição: Gerência de Imprensa/Área de Relações Institucionais do BNDES
(21) 277-7191/7096/7294

Av. Chile 100
Rio de Janeiro - RJ Cep: 20139-900
PABX (21) 277-7447 / 277-6978

BRASÍLIA
Setor Bancário Sul - Conj. 1
Bloco E - 13º andar -
Cep: 70076-900
Tel.: (61) 322-6251
Fax: (61) 225-5510

SÃO PAULO
Av. Paulista 460 - 13º andar
Cep: 01310-904
Tel: (11) 251-5055
Fax: (11) 251-5917

RECIFE
Rua Antônio Lumak do Monte 96
6º andar
Cep: 51020-350
Tel: (81) 465-7222
Fax: (81) 465-7861

BELÉM
Av. Pres. Vargas, 800 sala 1007
Cep. 66017000
Tel: (91) 216-3540
Fax: (91) 224-5953

INFORMAÇÕES

Rio de Janeiro:

Tel.: (21) 277-7081 Fax: (21) 220-2615

☐ PARA ORTER INFORMAÇÕES SOBRE AS LINHAS DE FINANCIAMENTO DO BNDES, LIGUE PARA AS CENTRAIS DE ATENDIMENTO DO BANCO:

IO DA GESTÃO MUNICIPAL, NO VALOR DE R\$ 127 MILHÕES

do Programa. Mas já há muitos projetos com ações também voltadas para a melhoria da qualidade do gasto público, notadamente nas áreas de saúde, educação, administração geral e gestão energética.

Os principais itens de investimento são a atualização dos cadastros e das plantas genéricas de valores (cerca de 30% dos projetos), informatização (30%), capacitação de recursos humanos (20%), modernização das estruturas de fiscalização (15%) e adequação de instalações físicas (5%).

ADESÃO CRESCEU MUITO EM 2000

Embora o Programa tenha sido criado em 1997, foi em 2000 que a adesão dos municípios brasileiros se intensificou. Isto se deveu em parte ao "efeito-demonstração": municípios vizinhos ou pertencentes à área de influência de uma determinada cidade que tenha tido seu projeto aprovado e em fase de execução sentem-se estimulados a buscar as vantagens proporcionadas pelo processo de modernização administrativa e tributária.

O PMAT é também um importante mecanismo para a adequação das Prefeituras às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, a qual prevê em seu artigo 64 que a União prestará assistência financeira aos municípios visando o cumprimento das normas desta Lei Complementar. Este preceito da Lei de Responsabilidade Fiscal reforça ainda mais o papel do PMAT como instrumento de modernização da gestão municipal.

Brasília, São Paulo, Recife e Belém:
Telefones e faxes no quadro ao lado

CONSULTE TAMBÉM A HOME-PAGE DO
BNDES NA INTERNET:
<http://www.bndes.gov.br>

OPERAÇÕES CONTRATADAS

MUNICÍPIOS	PARTICIPAÇÃO BNDES	INVESTIMENTO TOTAL	RECEITA PRÓPRIA	ANO BASE	% ACRÉSCIMO S/ REC. PROP.
ARARAS SP	1.839	2.043	7.562	99	44,0
BELÉM PA	5.299	8.513	69.031	97	55,3
BELO HORIZONTE MG	4.489	6.665	496.715	98	20,5
CURITIBA PR	11.034	18.324	348.493	98	10,9
FLORIANÓPOLIS SC	7.601	10.817	88.313	99	29,4
FORTALEZA CE	5.380	7.962	145.840	97	54,3
IPATINGA MG	1.060	1.735	22.117	97	87,2
ITATIBA SP	1.260	1.400	8.129	99	28,0
JUNDIAÍ SP	4.950	5.500	43.921	99	18,1
MANAUS AM	6.436	8.755	106.900	97	63,7
NITERÓI RJ	4.274	6.250	214.124	97	45,0
PERUÍBE SP	910	1.011	14.291	99	33,0
PETROLINA PE	2.488	2.765	6.797	98	126,0
PINDAMONHANGABA SP	2.182	2.424	9.405	99	119,7
RECIFE PE	6.124	7.655	214.124	98	45,0
RIO DE JANEIRO RJ	15.000	23.442	1.533.000	97	24,8
S. JOSÉ DO RIO PRETO SP	5.780	7.943	46.137	98	71,0
SANTANA DA PARNAIIBA SP	1.143	2.323	19.731	98	35,2
SANTO ANDRÉ SP	8.547	9.736	86.958	99	52,8
SÃO BERNARDO DO CAMPO SP	7.920	8.800	111.712	99	34,8
SÃO LUÍS MA	6.157	7.697	54.385	97	92,7
SOROCABA SP	7.644	8.493	58.332	99	29,0
TAMBAÚ SP	400	400	1.447	99	29,7
TERESINA PI	3.417	4.271	29.816	97	84,0
VITÓRIA ES	2.426	3.332	94.907	99	28,0
VITÓRIA II ES	2.360	2.735	94.907	99	27,6
VITÓRIA DA CONQUISTA BA	1.604	2.272	6.695	98	69,1
TOTAL CONTRATADO	127.724	173.263			

OPERAÇÕES APROVADAS

MUNICÍPIOS	PARTICIPAÇÃO BNDES	INVESTIMENTO TOTAL	RECEITA PRÓPRIA	ANO BASE	% ACRÉSCIMO S/ REC. PROP.
BELÉM II PA	1.697	2.351	69.031	97	55,3
CAMPINA GRANDE PB	1.790	2.237	4.386	98	70,0
CONCHAL SP	300	300	914	99	37,0
CONTAGEM MG	3.868	4.835	55.333	98	111,0
ENG. COELHO SP	164	164	220	99	79,2
FOZ DO IGUAÇU PR	1.500	3.230	18.217	99	104,0
HORTOLÂNDIA SP	2.070	2.318	10.986	99	57,0
INDAIATUBA SP	2.469	2.743	27.523	99	32,0
JACAREÍ SP	2.000	3.010	16.026	99	87,0
JUIZ DE FORA MG	2.329	4.202	58.150	99	28,4
NATAL RN	4.654	8.314	85.000	98	76,5
NOVA IGUAÇU RJ	7.168	10.575	46.700	99	87,0
NOVA ODESSA SP	765	850	3.482	99	30,0
OLINDA SP	1.454	1.616	21.310	98	30,0
PAULÍNIA SP	800	1.100	8.446	99	37,3
PETRÓPOLIS RJ	3.500	4.399	49.011	98	49,6
RIO DE JANEIRO II RJ	10.420	11.578	1.874	99	20,5
SANTA BÁRBARA DO OESTE SP	2.445	2.717	8.613	99	65,0
SÃO GONÇALO RJ	1.943	2.537	67.693	99	97,6
SÃO JOÃO DA BOA VISTA SP	1.305	1.450	7.279	99	33,7
SÃO ROQUE SP	1.121	1.280	6.989	99	29,3
SUMARÉ SP	3.029	3.366	8.884	99	28,5
VARZEA PAULISTA SP	1.500	1.669	4.218	99	32,2
VINHEDO SP	1.000	1.160	14.009	99	24,6
VOLTA REDONDA RJ	1.558	2.651	35.079	98	34,1
TOTAL APROVADO	60.849	80.652			
TOTAL GERAL	188.573	253.915			

PEDIDOS DE FINANCIAMENTO,
APROVAÇÕES E DESEMBOLSOS

JANEIRO/JUNHO (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	ACUMULADO NO ANO		
	1999	2000	VARIACÃO %
CONSULTAS (pedidos de financiamento)	17.035	20.622	21
ENQUADRAMENTOS (pedidos enquadrados como passíveis de apoio)	18.296	20.592	13
APROVAÇÕES	7.229	7.380	-1
DESEMBOLSOS*	8.509	6.781	-20

(Fonte: BNDES/AP)

*Inclui operações no mercado secundário

PEDIDOS DE FINANCIAMENTO
CRESCEM 21% NO 1º SEMESTRE

Os pedidos de financiamento recebidos pelo BNDES e pelas suas subsidiárias Finame e Bndespar totalizaram R\$ 20,6 bilhões no primeiro semestre deste ano, com crescimento de 21% em relação ao mesmo período do ano passado, quando somaram R\$ 17 bilhões.

O maior volume de pedidos foi realizado pelas empresas do setor de energia elétrica, gás e água: R\$ 2,28 bilhões, 11% do total. Seguiram-se os setores de telecomunicações, construção, indústria metalúrgica e fabricação de produtos químicos.

Os desembolsos do BNDES e de suas subsidiárias alcançaram R\$ 6,69 bilhões neste primeiro semestre. Considerando as operações realizadas no mercado secundário, o total atinge R\$ 6,78 bilhões. Do total desembolsado, R\$ 4,49 bilhões foram em operações indiretas, através dos agentes finan-

ceiros repassadores dos recursos do BNDES.

Com base no Modelo de Geração de Empregos desenvolvido pelo BNDES, os recursos desembolsados no primeiro semestre possibilitam a manutenção e criação de 1.158.000 empregos efetivos (diretos, indiretos e gerados pelo "efeito renda").

O maior volume de desembolsos foi para a indústria metalúrgica, com R\$ 895 milhões e crescimento de 198% em relação ao mesmo período do ano passado. Seguiram-se os setores de agropecuária, com R\$ 744 milhões; equipamentos de transporte, com R\$ 663 milhões; fabricação de veículos automotores, com R\$ 523 milhões; e produtos alimentícios, com R\$ 498 milhões.

Considerando os últimos 12 meses (julho/99 a junho/2000), os desembolsos somaram R\$ 17,5 bilhões, com crescimento de 1% (quadro abaixo).

DESEMBOLSOS NOS ÚLTIMOS 12 MESES

(R\$ milhões)

Discriminação	Julho/98 a Junho/99	Julho/99 a Junho/00	Variacão %
Total	17.312	17.541	1
Agropecuária	1.385	1.431	3
Indústria	8.217	8.057	(2)
Infra-Estrutura	5.949	6.124	3
Comércio/Serviços	1.413	1.479	5
Educação e Saúde	348	450	29

(Fonte: BNDES/AP)

CONSULTAS POR SETORES

JANEIRO/JUNHO (R\$ milhões)

RAMOS E GÊNEROS DE ATIVIDADE	VALOR 1999	VALOR 2000
INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL	207	1.308
AGROPECUÁRIA	579	876
INDÚSTRIA	6.202	7.796
Alimentos / Bebidas	751	1.130
Têxtil / Confecção	143	339
Madeira	53	103
Celulose / Papel	361	541
Refino Petróleo e Coque	380	1.202
Produtos Químicos	21	129
Borracha / Plástico	75	425
Produtos minerais não-metálicos	157	474
Metalurgia básica	881	1.429
Fabricação produtos metálicos	303	129
Máquinas e equipamentos	452	293
Fabricação máq. e apar. eletroeletrônicos	485	138
Fabr. e montagem veículos automotores	1.328	1.242
Outras indústrias	812	221
INFRA-ESTRUTURA / SERVIÇOS	10.046	10.642
Prod. e distr. eletricidade, gás e água	1.639	2.293
Construção	587	1.673
Transporte terrestre	999	947
Transportes - atividades correlatas	185	295
Telecomunicações	4.973	2.035
Comércio	964	1.026
Alojamento e Alimentação	78	126
Educação	93	82
Saúde	250	244
Outros	278	1.921
TOTAL	17.035	20.622

(Fonte: BNDES/AP)

DESEMBOLSOS POR SETORES

JANEIRO/JUNHO (R\$ milhões)

RAMOS E GÊNEROS DE ATIVIDADE	VALOR 1999	VALOR 2000
INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL	76	17
AGROPECUÁRIA	600	744
INDÚSTRIA	3.876	3.569
Alimentos / Bebidas	580	498
Têxtil / Confecção	247	148
Couro / Artefatos	27	30
Madeira	34	104
Celulose / Papel	195	64
Refino, Petróleo e Coque	77	11
Produtos químicos	188	147
Borracha / Plástico	74	57
Produtos minerais não-metálicos	56	50
Metalurgia básica	300	895
Fabricação produtos metálicos	124	53
Máquinas e equipamentos	265	173
Fabricação máq. e apar. eletroeletrônicos	150	118
Fabr. e montagem veículos automotores	721	523
Fab. outros equip. de transporte	789	663
Outras indústrias	49	35
INFRA-ESTRUTURA / SERVIÇOS	2.651	2.363
Prod. e distr. eletricidade, gás e água	873	471
Construção	188	196
Transporte terrestre	315	462
Transporte aquaviário	63	50
Transporte aéreo	104	1
Transportes - atividades correlatas	70	83
Telecomunicações	390	227
Comércio	333	412
Alojamento e Alimentação	38	42
Intermediação Financeira	63	82
Educação	63	78
Saúde	53	128
Outros	98	131
OPERAÇÕES NO MERCADO SECUNDÁRIO	1.306	88
TOTAL	8.509	6.781

(Fonte: BNDES/AP)